

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LIMA, José Jorge de Vasconcelos . José Jorge de Vasconcelos Lima (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 1min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV e ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**José Jorge de Vasconcelos Lima
(depoimento, 2009)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): João Marcelo Ehlert Maia; Tânia Abrão Rangel;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Brasília - DF - Brasil;

Data: 23/07/2009

Duração: 1h 1min

Arquivo digital - áudio: 1; MiniDV: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do CNJ”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Escola de Direito da FGV, entre abril de 2009 e abril de 2011. O projeto visa, a princípio, apenas a criação de um banco de fontes orais.

Temas: Atividade profissional; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Emendas constitucionais; Márcio Thomas Bastos; Mídia; Ministério da Justiça; Ordem dos Advogados do Brasil; Poder judiciário; Política; Reforma judiciária; Senado Federal; Sociedade civil; Superior Tribunal de Justiça; Supremo Tribunal Federal;

Sumário

Entrevista: 23.07.2009

A trajetória política do entrevistado até a relatoria do projeto de Emenda Constitucional 45, a Reforma do Judiciário; as conversas com outros relatores do projeto e o estudo sobre o tema; a relação com o ministro da justiça, Marcio Thomaz Bastos; o andamento do projeto no Senado quando da relatoria do entrevistado; comentários sobre as posições contrárias e favoráveis à emenda que propunha a criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ); as diferenças entre o CNJ e o Conselho Nacional do Ministério Público; o diálogo do entrevistado com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); a questão da constitucionalidade do CNJ; o consenso das lideranças no Senado sobre o projeto ao final da tramitação; comentários sobre a elaboração do projeto e a participação de vários setores, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); comentários sobre a composição e a escolha dos representantes do CNJ; a designação do entrevistado como relator da comissão de regulamentação de alguns artigos do projeto de Reforma do Judiciário; a relação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da mídia com o projeto, sobretudo com a proposta de criação do CNJ; comentários sobre o processo de escolha do representante da sociedade civil no CNJ; o peso do CNJ no projeto de Reforma; as dificuldades e as negociações que envolvem o processo de relatoria; a diferença entre a PEC 45 e a Reforma do Judiciário; o pouco contato prévio do entrevistado com o Judiciário; a promulgação da Emenda Constitucional; a avaliação do entrevistado sobre o CNJ.

Entrevista: 23/07/2009

João Marcelo Maia – Muito obrigado por ter nos recebido. A primeira pergunta que a gente teria é: o senhor é engenheiro formado, teve uma longa trajetória política, como secretário de Habitação, como secretário de Educação em Pernambuco, ministro de Minas e Energia, como o senhor acabou parando nesse tema do Judiciário, na relatoria dessa emenda?

José Jorge Lima – É. Isso... Eu agradeço a vocês também, e quero ressaltar que eu, aliás, eu entendo muito pouco desse assunto. Quer dizer, eu vou dar entrevista, assim, porque vocês pediram, mas, na verdade, acho que vocês vão perder mais tempo do que ganhar com essa entrevista. Na realidade foi o seguinte. Lá no Senado, esse projeto de Emenda Constitucional 45, ele já tramitava há cerca de onze anos, entre Câmara e o Senado. Ele foi originário de um projeto de um deputado, deputado Bicudo, na Câmara, e depois... demorou muito a ser aprovado, depois foi... terminou sendo aprovada uma versão, a relatora foi até a deputada Zulair Cobra, uma deputada assim... um pouco polêmica, para não dizer muito; [risos] então, daí passou para o Senado, e o relator foi o senador Cabral, que era um ex-ministro da Justiça, um advogado importante, foi presidente da OAB, etc.. Só que demorou muito para ser aprovado, estava de uma maneira assim muito... complexa. Acabou que terminou a legislatura e o senador Cabral, Bernardo Cabral, terminou o mandato dele. Então, a essas alturas, o projeto já estava no plenário. Quer dizer, que o projeto lá, ele passa... quando é emenda constitucional, diferentemente da Câmara, que cria uma comissão especial, lá no Senado, todas as emendas constitucionais passam pela Comissão de Constituição e Justiça; é designado um relator, é aprovado ali, depois de aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, passa pelo Senado. Esse projeto já estava no plenário quando o ministro não foi reeleito, aí se tentou, se fez um esforço para votar antes dele sair - porque tem um intervalozinho pequeno entre o dia da eleição, que se soube que ele não estava reeleito, e o dia que ele sai. Provavelmente, a eleição deve ter sido no começo de outubro, e ele sairia em janeiro, 31 de janeiro. Mas não deu tempo, então ficou numa situação assim, o processo no plenário já, e sem relator. Aí alguns senadores, o senador Marco Maciel, senador Bornhausen, esses senadores assim, Sarney, esses mais antigos, mais experientes, aí ficaram procurando um relator para relatar esse processo. E aí o senador Bornhausen veio falar comigo, para eu relatar; mas eu me recusei, sob esse argumento

mesmo, de que eu não entendia nada disso, portanto, para mim, ia ser um esforço muito grande para relatar. Mas aí... depois, veio o senador Marco Maciel e depois veio o senador ACM, veio o Sarney, enfim, muitos outros senadores falando que era um absurdo, que esse processo não andava, que precisava de alguém que conseguisse... que era melhor que fosse eu porque eu não era do setor, portanto as pressões em mim seriam menores, porque não tinham muitos... eu não tinha interesses assim, não tinha também ideias fixas sobre os problemas, então seria mais fácil para mim relatar. Mas, isso... não era fácil me convencer disso. Eu, na realidade, relutei muito. “Não, não dá, isso é muito trabalhoso”. Mandaram eu ler, eu li, achei mais complicado ainda. Aí comecei a me recusar. Mas terminou que chegou uma hora que foi uma pressão muito grande, eu digo, então... “Todo mundo lhe ajuda”. Aquela história. Aí eu topei, aí eu disse: “não, está bom, então eu relato”. Aí me indicaram relator. Talvez, se houvesse uma razão única, basicamente foi porque não tinha outro. Resumindo, era isso. Precisava de alguém que tivesse um certo conceito como relator, eu tinha, sim, porque eu já tinha relatado muita coisa lá, importante. Por exemplo, toda a parte de educação - o Fundef, o Fundeb, a LDB - muitas coisas eu relatava. Eu era um... Assim. Porque eu, na realidade, vim da burocracia, não sou aquele político que veio de vereador, deputado estadual, deputado federal, que foi de carreira assim. Eu vim da... Eu era um técnico, eu fiz mestrado - até no Rio - trabalhava como professor da universidade, aí virei secretário de estado. Foi daí que eu vim. Então, é um tipo de carreira um pouco diferente dos parlamentares normais. Tem parlamentar que não usa nem caneta, quer dizer, ele não precisa de caneta para trabalhar, ele fala lá... Então aí, um desses, é mais difícil de relatar. Então, por conta disso, eu acho que me escolheram.

J. M. – O senhor chegou a conversar com o senador Bernardo Cabral sobre o projeto, sobre como tinha sido a tramitação anterior? Ele o procurou?

J. L. – É. Eu conversei com ele, conversei com a deputada Zulair Cobra, que tinha sido a relatora na Câmara. Conversei com ele e conversei com muita gente. O senador Antonio Carlos Magalhães, também, conversou comigo, na época ele era presidente da CCJ, o senador Lobão, também era da CCJ - não me lembro, quando eu comecei, se era ele ou era... - a gente conversou. E aí... aí eu comecei a estudar cada tema. Na realidade, aquilo ali, uma emenda feito essa, essa 45, cada artigo é um tema diferente, pode-se dizer, e, então, eu tinha que aprender

sobre cada tema, quais eram as alternativas que existiam em relação a cada situação. E aí aprendi os nomes também, que eu não conhecia nem a linguagem específica para indicar cada coisa. Então eu tive que me dedicar um pouco a isso. Minha formação facilitava porque eu era professor de coisas, assim, gerais. Comecei minha carreira como professor de cálculo das probabilidades. Então, uma coisa bem geral. Depois, professor de estatística. Meu mestrado foi em pesquisa operacional. Depois... Trabalhava assim, em coisas diferenciadas, quer dizer, não eram setoriais; eu não era, assim, especialista setorial, em educação ou em saúde ou em transporte. Então, isso facilitava.

Tânia Abrão – Tinha essa visão mais abrangente também, essa facilidade para isso.

J. L. – É, tinha essa visão mais... uma linguagem mais própria, generalista, vamos dizer. Isso facilitou. Aí, depois, saí conversando. Eu conversei também com o ministro da Justiça, porque, na época, o governo criou uma secretaria de reforma do Judiciário, um nomezinho assim, o diretor era aquele Renault, Sérgio Renault. E então a gente... primeiro conversei com ele sobre as ideias que o governo tinha e depois eu marquei uma audiência com o ministro, no caso era o ministro Marcio Thomaz Bastos, que é uma estrela, vamos dizer assim, do direito e ex-presidente da OAB. Eu até não quis ir lá porque, como eu era a oposição, eu não queria ir lá no Ministério, para não achar que eu estava... Aí eu disse: “não, eu vou, desde que o líder do governo vá comigo”. Então fui eu e o líder do governo, que era o senador Mercadante, que era meu amigo; era não, é. Então eu fui lá com ele e então conversamos com o ministro; e o ministro disse a seguinte frase a mim... Isso aí eu acho uma coisa importante, porque ele falou, não sei se... ninguém sabe, é uma novidade. Eu nunca falei isso para ninguém. Ele falou que... “Senador, nessa reforma, se aprovar a criação do CNJ, basta, não precisa aprovar mais nada. Somente a criação do CNJ é que... Só isso já é a maior mudança que houve no direito brasileiro”. Uma coisa assim. “Na Justiça brasileira”. Mais ou menos, ele me disse isso. Por quê? Isso não é... eu não concordo com isso na realidade. Mas ele diz isso porque isso era um pouco a opinião da OAB. Ele também, como era ex-presidente da OAB, pessoa importante na OAB, então, na realidade, essa era a opinião da...

T. A. – Ele defendia um pouco...

J. L. – Ele defendia a questão da OAB. A cabeça dele era mais da OAB do que do governo, vamos dizer assim, do próprio governo. Então ele falou isso, na época lá. Isso, logo no primeiro... logo no início. Mas eu... bom, registrei isso, mas, na realidade, não levei totalmente em conta; quer dizer, havia outras questões importantes na emenda, como por exemplo, a questão da repercussão geral, a súmula vinculante, e...

T. A. – A questão dos precatórios também.

J. L. – É, a questão dos precatórios. Enfim, coisas que faziam com que a Justiça fosse mais rápida.

J. M. – Então, a sua relação com o Sérgio Renault e o Marcio Thomaz era boa, em geral, nesse processo, a despeito de ser um senador da oposição?

J. L. – Era, era boa. É, apesar de ser da oposição, não tinha esse problema, não. Na verdade, eu tive um diálogo com eles o tempo todo, eles deram as opiniões deles... Na realidade, quando um processo está no Senado, a esse nível, não é, aí nós... o que fizemos? Primeiro, nós resolvemos levar esse processo... Processo... Chamam tudo de processo... Aqui chamam as coisas de projeto. Porque lá no Senado a gente chama tudo de projeto. E aqui, no TCU, de processo. Eu, aqui, quando eu vou relatar qualquer coisa, eu chamo de projeto, quando era para chamar de processo. Agora, já estou mudando, não é. Então... Na realidade, aí, qual foi a primeira decisão? Primeira decisão foi saber se nós continuaríamos com o processo... o projeto no plenário ou se voltaríamos para a Comissão de Constituição e Justiça. Então nós resolvemos... foi até o ministro Carrero que... na época, ele era o secretário-geral da mesa, eu conversei com ele para ver como é que estava o processo... o projeto, ele falou: “Senador, acho melhor isso voltar para a Comissão de Constituição e Justiça, pelo seguinte... por duas razões, basicamente. Primeiro porque tem dois terços dos senadores que entraram agora, que eram

novatos...” Porque renovou dois terços, não é. Quer dizer, tirando os que continuaram. Mas é perto de dois terços. Não é dois terços porque tem alguns que foram reeleitos, permanecem. Mas o que ficou lá foi um terço dessa parte que eu me elegi. Aí falou: “É melhor isso voltar para a CCJ. Porque aí...” Isso seria uma razão. Porque tinha muito senador... como é que ele ia votar, se ele não votou na CCJ? E eram muitos. Aí ia ser mais complicado do que voltar para lá e começar do zero. Segundo, ele disse: “Já está organizado para nunca aprovar”, ele disse. [Risos] Não sei se é verdade, mas ele falou isso. “Isso aqui, do jeito que está, isso não vai aprovar nunca, porque está tão confuso, que é melhor você começar do zero”. Aí eu falei com o presidente Sarney e aí ele disse: “Não, José Jorge, também acho. É melhor a gente ver aqui, mandar isso para a CCJ. Demora um pouco mais, mas de qualquer maneira, fica uma coisa mais segura” etc., etc. Aí pronto. Aí ele deu um despacho, o presidente Sarney tem um despacho lá - vocês devem ter acesso - dizendo que voltaria para a CCJ e começaria tudo do zero. Aí eu abri prazo de emenda. Porque, no plenário, as emendas são meio restritas. Abri prazo de emenda. Aí todo mundo apresentou as emendas sobre cada artigo. E aí nós fomos analisar... Aí começou a análise, emenda por emenda, conversar com todo mundo; e cada pessoa que... geralmente... Porque veja bem: a grande vantagem do processo no Legislativo é que ele é aberto. Quer dizer, quando está em votação, todo mundo... Porque, normalmente, os deputados e senadores não entendem de todos aqueles temas que estão sendo tratados; como era no caso, que nem o relator entendia. Então era muito importante a opinião das outras pessoas, daqueles que são interessados e que têm ideias próprias sobre esses temas. Tinha um tema assim, por exemplo - que eu acho interessante, que é mais fácil de entender - que é aquele que chamam de... Como é, meu Deus?... É federalização dos crimes contra direitos humanos. Isso é um artigo específico. Ele diz mais ou menos o seguinte: se tiver um crime, assim muito grave, com repercussões internacionais e esse crime... Esse tipo de crime, normalmente, é da Justiça estadual. E se achar que isso interfere... Porque aí alguns órgãos internacionais ficam batendo no Brasil, etc... então, que esse crime poderia passar para a Justiça federal. Então isso é um assunto um bocado polêmico. Por quê? Porque, em primeiro lugar, as pessoas da... Isso, de certa maneira é como se mostrasse um certo preconceito contra a Justiça estadual; como se achasse que a Justiça federal era melhor que a estadual. E isso não... Pode não ser. Então, as pessoas dos direitos humanos - tem uma secretaria, se não me engano, um ministério dos Direitos Humanos - queria que isso fosse aprovado; mas os juízes estaduais não queriam que fosse aprovado. Mas terminou sendo aprovado, de uma maneira assim... Quer dizer, quem

pede para essa federalização é o procurador geral da República, e o STJ tem que aprovar. Foi assim. E aí eu fiquei até feliz, porque logo o primeiro caso que pediram, o procurador geral da República pediu, e o STJ não aprovou. Quer dizer que, então, o processo... tem uma certa segurança. Não ficou uma coisa assim... inconsequente, vamos dizer, passar tudo para a Justiça federal. Foi um processo lá no Pará, parece, que aí o STJ achou que a Justiça estadual estava conduzindo bem, aí negou.

T. A. – E no caso dessa parte da emenda que fala do CNJ, quem era a favor, quem era contra essa emenda?

J. L. – Quem era a favor... Basicamente, existiam dois conselhos, o CNJ e esse do Ministério Público. O do Ministério Público, na verdade, o próprio Ministério Público era a favor, então, não havia maiores reações. No CNJ, basicamente, quem era contra, eram os próprios juízes. Os juízes, de certa maneira, dividiam. Mas havia muitos juízes que eram contra. E quem era mais a favor era a OAB. O próprio ministro Thomaz Bastos, quando ele falou aquilo que eu disse, ele falou em nome da OAB. Quer dizer, não em nome da OAB, mas traduzindo o pensamento da OAB. Para a OAB, ela achava importantíssimo que esse CNJ fosse aprovado. Já os juízes não. Eles achavam que era uma interferência nessa tal autonomia, não é, que iam interferir nas sentenças... Coisas assim. Então, de uma maneira geral havia uma certa oposição, quando não explícita, havia também uma oposição implícita; quer dizer, a pessoa não dizia que era contra pela razão que era realmente, mas dizia por outras razões. Isso, aliás, é o que é mais comum. No Legislativo, quando o cara quer ser contra alguma coisa que é popular... vamos dizer assim, que é impopular ser contra, ele, normalmente, diz que é contra um terceiro assunto. Ele atrapalha por outro motivo, vamos dizer, mas não deixa que aquilo... Para não colocar a cara dele para pancada, não é.

T. A. – E aí nesse caso... Eu gostei disso. Quem era contra de maneira implícita, o que eles argumentavam, qual era a outra razão, em geral?

J. L. – É. Na realidade eles diziam que, na realidade, era mais um órgão que ia criar, que era mais despesa, mas que, na verdade, não ia ter finalidade, que ia só atrapalhar... Coisas assim. E que de certa maneira ia interferir na autonomia, na independência, autonomia, sei lá, dos juízes. Era basicamente isso que eles reclamavam. Já o pessoal do Ministério Público, não, eles achavam que era importante, etc.. Eu vejo, hoje, eu olhando assim, eu vejo até que o CNJ, ele está se saindo melhor do que o Conselho Nacional do Ministério Público. Quer dizer, ele está tendo uma atuação mais... menos corporativa, está sendo mais atuante do que o... Porque, como eu relatei, eu, de certa maneira, acompanho o que acontece, etc... Então ele está se saindo melhor. O Conselho Nacional do Ministério Público, o que acontece é o seguinte... O que eu acho que é a diferença, é o seguinte: o Ministério Público, da forma como ele foi criado aqui no Brasil - eu não sei se existe isso, como é nos outros lugares do mundo - mas, ele se transformou numa coisa de atuação muito individualista. Para dar autonomia ao promotor e ao procurador, eles não têm de dar satisfação a ninguém. Que é uma coisa assim... única. Que aqui, por exemplo, no TCU, cada ministro é importante e tudo, mas você não faz nada individual aqui, tudo é coletivo. Quer dizer... Eu, ontem, por exemplo, relatei... aliás, eu pedi vista – e até me arrependi depois, porque deu uma mão-de-obra enorme. Esse negócio de Angra III. Eu pedi vista, e, ontem, aprovou meu relatório; mas o meu relatório não vale nada; só vale se os outros aprovarem. Então na Justiça, você tirando a primeira instância – que é uma instância que, praticamente, quem perde, recorre, quer dizer, que é uma coisa que... enfim, não é uma decisão de primeira –, tudo termina na decisão mais ou menos coletiva; quer dizer, vai para esses tribunais estaduais... como é que chama? Os...

T. A. – Tribunais de Justiça.

J. L. – Tribunais de Justiça, depois vai para o... sei lá... coisas assim...

T. A. – Para o STJ.

J. L. – STJ. Mas os promotores e procuradores não, cada um faz o que quer, e não tem chefe, não tem chefe, não tem nada. Então eu acho que é por isso que o Conselho do Ministério

Público, ele fica um pouco mais parado, fica sem tomar aquelas decisões que deviam, porque terminou se criando essa cultura do individualismo exacerbado. Que eu acho ruim. Eu acho que a decisão coletiva, ela, em regra geral, pelo menos na maioria absoluta dos casos, ela é melhor do que a decisão individual. A decisão individual é muito arbítrio. E, quando a decisão é coletiva, você tem que pensar mais, você tem que convencer os outros. Certamente, vendo esse assunto de ontem, eu trabalhei muito mais, porque eu tinha que convencer os outros; porque se fosse para decidir sozinho, eu tinha lido durante quinze minutos, tinha tacado a caneta. Então eu acho que os outros devem fazer igual a mim. Quer dizer, quando você tem que convencer os outros, você trabalha mais, você presta mais atenção.

T. A. – É. Você é obrigado a entender o que o outro pensa, para você trazê-lo para o seu lado.

J. L. – É, exatamente. E as pessoas, na hora, colocam... vamos supor, cada um, o seu ponto de vista. Então eu acho que, desse ponto de vista assim, eles tiveram um acordo em criar o Conselho, mas eu acho que até agora falta, no caso desse Conselho do Ministério Público, falta eles definirem um papel mais importante para o Conselho do Ministério Público.

J. M. – O senhor mencionou muito o interesse da OAB no CNJ. Interlocutores da OAB procuraram o senhor, houve trabalho de lobby, etc.. “É importante isso aí”?

J. L. – Procuraram. Todos procuraram. O presidente da OAB na época veio até um... Um cara filmando, quando ele veio.

J. M. – Quem era o presidente da OAB na época?

J. L. – Não me lembro quem era. Era um cara de São Paulo. Metido até em futebol, negócio de futebol. Até um cara legal, ele. Depois veio aquele do Paraná. Mas no começo acho que era um de São Paulo.

T. A. – É o Dulci, será?

J. L. – Não. É um cara importante. Eu acho que ele é desse negócio de futebol. Depois veio um que era do Paraná. Até um baixinho.

J. M. – Levou até cinegrafista com ele.

J. L. – Até cinegrafista. Quando ele veio falar comigo, veio até um... uma equipe enorme, uma estrutura grande, para falar os pontos de vista dele. Mas na realidade, em relação específica ao CNJ, eles eram a favor da proposta que estava no processo... no projeto.

T. A. – O Supremo Tribunal Federal chegou a se manifestar?

J. L. – É, não. Na realidade, o Supremo é que a gente... Como os ministros do Supremo são pessoas mais conhecidas, a gente... O Supremo, assim, formalmente, como instituição, não me lembro se se pronunciou. Acho que não. Eu diria que não. Mas é bom verificar. Agora como ministro, individualmente, todos eles, a maioria falou e conversou comigo; eu fui lá, alguns me chamaram. O senador ACM disse assim: “José Jorge, você faça o seguinte. Você procure todos os ministros do Supremo. Porque eles são os mais importantes, são os que sabem mais...” etc.. Mas eu não fiz isso não; porque eu fiquei com medo deles falarem algumas coisas, depois, eu não podia atender, não é. Eu, basicamente, eu falei mais com aqueles que se interessaram de dar a opinião deles. O ministro Jobim não precisa saber, que é o que mais se mete em tudo, então... [risos] já falava como dono.

J. M. – O senhor conversou muito com ele na época?

J. L. – Com Jobim?! Os meus assessores principais... Porque aí, quando foi para fazer, eu tinha que ter uma assessoria primeiro, para eu poder aprender, então designaram um assessor do

Senado, que eu não me lembro mais o nome dele; mas só que o assessor do Senado, tudo ele achava que era inconstitucional. Então...

T. A. – Ai meu Deus... [risos]

J. L. – É. Ele dizia: “não, isso não pode porque é inconstitucional”. Eu digo: “olhe, venha cá. Vamos primeiro fazer o seguinte. Vamos decidir primeiro o que é certo, o que é errado, o que deve se colocar ou não deve. Se for inconstitucional, o Supremo, depois, tira. Esses ministros do Supremo, eles vivem decidindo as coisas por seis a cinco, não é isso? Então, se decidem por seis a cinco, porque não é fácil saber o que é e o que não é constitucional. Eu, nem advogado eu sou, então, se eles não sabem, quanto mais eu. [Risos] Então vamos botar tudo que for, constitucional ou inconstitucional”. Quer dizer, a grande questão da constitucionalidade em relação a essa questão... Havia uma questão lá, se o CNJ... - isso eu não me lembro direito, vocês vão ter que perguntar a outra pessoa - se CNJ era para ser um órgão do Poder Judiciário ou não. Tinha esse problema.

T. A. – Ah é. Se ele seria subordinado ao Supremo ou seria fora do Supremo.

J. L. – É, exatamente. Tinha esse negócio. Não me lembro. A solução é que terminou como um órgão do Poder Judiciário. Não é isso?

J. M. – É.

J. L. – Mas não me lembro bem qual era de um lado ou do outro.

J. M. – Mas acabou sendo um consenso, no final, de lideranças?

J. L. – É, acabou sendo um consenso. Na verdade, o projeto como um todo, ele foi aprovado por unanimidade no plenário do Senado, com um voto contra, que foi o do senador Geraldo... como é? Aquele do... Que é muito meu amigo. Geraldo...

J. M. – Mesquita?

J. L. – Geraldo Mesquita. Ele é...

J. M. – Do Acre?

J. L. – Do Acre, é. Ele é procurador. O senador Geraldo Mesquita, ele é procurador. E ele votou contra. Agora era bom vocês entrevistarem ele para saber por que, porque até hoje não... eu não sei. [Risos] Não. Ele me explicou... Que ele é assim comigo, amicíssimo meu. E todo mundo votou a favor, ele votou contra. Ele é um pouco ranzinza assim, entendeu? Mas ele é uma pessoa boa. Eu não sei por que ele votou contra. Ele deve ter alguma razão específica. Vale a pena saber. Que ele foi o único voto contra. O resto votou a favor. Da solução final, não é. Quer dizer, da... Porque aquilo, você sabe como é que vota, vota o projeto básico e depois sai votando as emendas. Cada emenda, eu não me lembro se teve voto a favor, se eu perdi algum. Eu acho que eu não perdi quase nada, mas... eu posso ter perdido alguma coisa que eu botei e que saiu porque eu perdi. Isso, às vezes, acontece. Então no caso, nesse caso específico, eu me lembro bem que só o senador Mesquita votou contra. E até hoje não sei por quê. Vale a pena investigar. Bom. Depois... O que era que eu estava falando mesmo?

T. A. – O senhor estava falando da sua assessoria, que tinha um assessor no Senado.

J. L. – É. Tinha esse assessor do Senado, que tinha isso. Depois o... Tem uma advogada, chama Dalide, que ela era... da Caixa, ela é advogada da Caixa. Nessa época, o governo Lula tinha assumido, aí tiraram ela da Caixa, não sei quê, aí o senador Lobão convidou ela para trabalhar

na CCJ. Essa altura, o presidente da CCJ era o senador Lobão, aí convidou ela para trabalhar na CCJ. Mas, lá na CCJ, acho que ela... não tinha muito o que fazer, talvez, aí ele ofereceu... se eu tinha alguma coisa para ela me ajudar lá na reforma. Eu digo: “Ah, tenho. Manda ela para lá”. Ela veio para o meu gabinete, ficou trabalhando comigo na reforma, e esse assessor. Aí depois... aí... Terminou que ela foi assumindo pouco a pouco as funções. E, fora disso, o ministro Gilmar e o ministro Jobim ajudaram muito, também, na elaboração do projeto. Discutiam...

T. A. – Os dois eram contra ou a favor do CNJ?

J. L. – Todos dois a favor do CNJ. Todos dois. Na realidade ninguém... Eles eram a favor mesmo. Mesmo quem era contra, desses mais importantes, não eram assim muito explícitos. Tem alguns ministros do Supremo que eram contra explicitamente. Mas eu não me lembro quem eram. Mas aí eu conversei com eles todos, etc. e fomos trabalhando, não só no CNJ... E a OAB, na verdade, ela era mais contra, não era a questão do CNJ, isso, ela era a favor, o que ela era contra, basicamente, era essas duas coisas, súmula vinculante e repercussão geral; que são as coisas que diminuem o número de processos; então, para o cara que é advogado, quanto mais processo tiver, mais dinheiro eles ganham. Então eles achavam que se acabasse a súmula vinculante e a repercussão geral era complicado, porque ia diminuir muito o número de processo. E, realmente, está diminuindo cerca de quarenta por cento ao ano, nos últimos dois anos, diminuiu quarenta por cento. Mas o ministro Jobim e o ministro Gilmar ajudaram muito. Depois outros. Mas esses participavam, artigo por artigo discutia; às vezes, os dois discordavam, e eu que tinha que apartar.

J. M. – Discutiam entre eles.

J. L. – Discutiam entre eles, é.

T. A. – E o senhor lembra de alguma discussão dessas?

J. L. – Não. Os temas, não me lembro; eu me lembro que tinha muitas, eram muitas, porque a gente ia lá para casa à noite...

J. M. – O senhor tinha uma dinâmica sistemática de encontrá-los?

J. L. – Tinha. A gente... mais ou menos duas vezes por semana, a gente ia lá para casa e olhava... ia eu, o assessor do Senado, esse rapaz, Dalide, o ministro Gilmar, o ministro Jobim, e a gente lia artigo por artigo, discutia, via toda... Na realidade, o que é que motiva você ver os artigos? São as emendas que alguém apresentou, quer dizer, as propostas que alguém fez para mudar aquilo que estava no projeto. Então a gente discutia um por um, até chegar a uma conclusão. E tinha muita discussão entre os dois. E eu que tinha que decidir.

T. A. – Então, no final, acabou que sua experiência na engenharia, na estatística, acabou ajudando muito nesse processo também.

J. L. – É, ajudou. Ajudou, pela cabeça mais organizada que eu tenho para colocar o que era importante. Por exemplo, tem um artigo que ninguém apresentou emenda, que ninguém discutiu, que ninguém nada, eu também não mexia. Tinha essa vantagem. Como eu não era do setor, eu não ia mexer com coisa que ninguém estava querendo mexer [risos]. Bastava o que queriam mexer, já era demais para mim, então... Mas aí teve essas questões da súmula vinculante e da repercussão geral, e depois, também, tinha os senadores, porque tem alguns senadores que eles são...

J. M. – Ligados a...

J. L. – Ligados a algum segmento, são advogados, são procuradores, e cada um apresentava lá sua...

J. M. – Tinha algum que se destacava mais pela insistência entre as emendas, em querer discutir?

J. L. – Não. Assim não, não. Quanto mais o cara entende do assunto, mais ele quer discutir, não é? Basicamente é assim. Aqueles que tinham o currículo mais na área jurídica, eles eram os que se metiam mais. No ponto de vista, assim, da ajuda, da aprovação, quem falava em nome do governo era o senador Mercadante. Era com ele que eu dialogava, para a gente conseguir votar.

T. A. – Na hora de fazer a emenda, de apresentar, o senhor deve ter atuado da maneira como o senhor disse que atua aqui também, ou seja, indo falar com os colegas, para chegar num consenso, para então apresentar e até facilitar mesmo toda a votação, porque senão fica uma loucura. Como que foi a composição disso no Senado? Quais as concessões que tiveram que ser feitas, se é que teve alguma?

J. L. – Veja bem. Era uma coisa mais técnica porque, na realidade, eu examinava aqueles que apresentaram emenda e eu procurei alguns... uns cinco ou seis senadores que eram assim... ou porque o senador era assim mais *top*, ou porque ele era do setor, tinha apresentado emendas e algumas emendas que a gente não ia atender; aí eu fui lá dar uma satisfação, explicar por que era que a gente não atendia. Eu me lembro que... um, que eu me lembro que eu fiz isso, que era um senador que eu gostava muito dele, porque ele também é uma pessoa muito correta, que até morreu já, foi o senador Jefferson Peres. Depois tem outros, tipo Demóstenes, que era do mesmo partido, mas que também era meu amigo, mas é porque, como ele entendia, eu tinha que também... Quem entendia mais, eu dava mais satisfação. Quem não entendia nada, eu também não ia... Tinha que levar na marra. E aí... Porque, na realidade, esse pessoal do Judiciário, além deles atuarem junto aos senadores, eles atuam também individualmente, eles são tudo gente importante, diferente dos pobres da Bolsa Família. Não tem ninguém ganhando Bolsa Família, então eles têm muito acesso; então, o pessoal da Justiça do Trabalho, então ia lá falar comigo também, o presidente do Tribunal do Trabalho, os ministros dos tribunais, do STJ, Tribunal Militar...

T. A. – Foram também?

J. L. – Tribunal Militar também, porque havia uma questão específica do Tribunal Militar. Uma espécie de diminuição do número de ministros, uma coisa assim, que eu não me lembro mais.

T. A. – E, na Justiça do Trabalho, tirou os vogais.

J. L. – Sim. O Tribunal Militar também não entrou no Conselho. Do Conselho Nacional de Justiça não faz parte o Tribunal Militar. E aí eles queriam participar.

J. M. – Ah. Eles queriam.

J. L. – Queriam. Mas a gente... E eu até, eu prometi a eles que apresentaria uma emenda, eu mesmo, como senador, incluindo eles no CNJ. Por que é que eles não entraram? Porque, você lembra que esse projeto já veio da Câmara, então, qualquer modificação mais específica, ele voltaria para a Câmara, então, se eu mudasse a composição do Conselho Nacional de Justiça, botasse mais alguém, o que ia acontecer é que o projeto... essa parte da emenda voltaria para a Câmara, então não criaria o Conselho.

J. M. – Mesmo tendo voltado já para a CCJ.

J. L. – Mesmo tendo voltado.

J. M. – Mesmo esse começo do zero, se mudasse muito ali, voltaria.

J. L. – Mudou, voltava para a Câmara. Porque o projeto era originário da Câmara, então ele deveria terminar na Câmara. Como uma parte voltou. Você sabe que essa Emenda 45...

T. A. – É. Ela desmembrou.

J. L. – É, desmembrou em duas. A que está na Câmara, até hoje está lá. Aí...

J. M. – O que é mais polêmico assim, de certa maneira. Ou não?

J. L. – É. Então isso... Não, não era que era mais polêmico, era o que não veio, ou então foi modificado. Às vezes eram coisas que não eram nem tão polêmicas, mas acontece que não tinha vindo, então... não tinha o que votar. E tinha outras coisas, por exemplo, tinha um problema no Conselho Nacional do Ministério Público - agora estou me lembrando - que era o seguinte... eles botaram assim: “serão representados todos os três”... como se fosse assim – “três representantes dos diversos segmentos do Ministério Público”. Foi isso a redação que veio da Câmara. Acontece que, depois, se descobriu que o Ministério Público não tem três segmentos, tem quatro; porque esqueceram esse tal Ministério Público do DF.

T. A. – E território.

J. L. – E território, que é daqui de Brasília. Eu, agora, sofri na mão dele, lá na CEB. Então esses caras... Esqueceram isso. Botaram o Ministério Público do Trabalho, esse Ministério Público mais importante, esse federal, e tem o...

T. A. – O estadual.

J. L. – E o estadual. Então, esses três. Mas esqueceram...

J. M. – Esse quarto.

J. L. – Então, qual foi a solução que a gente deu? A gente aumentou o número, mas fez o seguinte, tirou o três. “Serão representados todos os segmentos do Ministério Público”. Depois a gente interpretou que era quatro. Tinha três porque esqueceram de um; na hora que tirou o três... aumentou um membro. Aí depois, na hora de dizer quantos tinham, a gente corrigiu de quinze para dezesseis, porque estava errado aí. Aí podia. Então o... Bom. Do CNJ, a grande discussão era a questão dos representantes da sociedade. Esse era um ponto que pegava. Quer dizer, outro ponto que pegava essa era situação de você ter no mesmo lugar um sujeito que é juiz do trabalho lá não sei de onde, um novato de Roraima ou de Pernambuco, de onde seja, que vai sentar na mesma mesa com o presidente do Supremo, com o ministro do STJ, aí...

T. A. – Essa questão da hierarquia chegou a ser um problema.

J. L. – Chegou a ser um problema, porque tinha algumas pessoas que achavam que isso era um absurdo. E você... Que eles não iam atuar de uma forma... sei lá, assim, correta, porque ficava ruim para eles e... Enfim, coisas assim. Isso era uma questão... Outra questão era o processo de escolha. Quem escolheria cada um desses representantes. Porque, por exemplo, se você olhar direitinho, por exemplo, os... os promotores, esses... sei lá, Ministério Público estadual, eles são independentes, quer dizer, cada estado tem o seu, são funcionários estaduais; e quem é que vai escolher qual é o que vem? Terminou sendo o procurador geral, que faz uma relação, um negócio assim. Tinha também os sindicatos, essas associações também, cada um tinha uma ideia, de fazer eleição direta para isso, para aquilo. Não me lembro bem os detalhes, mas cada um tinha uma ideia sobre cada coisa dessas. Então essa foi um problema. Segundo era essa questão da escolha dos dois representantes da sociedade, que, na verdade, a mídia dava grande importância a isso; e chamavam isso de controle externo. Se tirasse isso, a mídia acharia...

T. A. – Ficaria uma coisa só jurídica.

J. L. – Jurídica. Quer dizer, eles achavam que isso aí... Se você visse todas as matérias, sempre... para a mídia, a grande importância do CNJ era a presença dessas duas pessoas, porque seria o

tal controle externo, que no caso do Judiciário... Tem essa história, não é? Que é muito fechado, que ninguém sabe de nada...

J. M. – E mesmo com o CNJ dentro da estrutura do... Judiciário.

J. L. – Judiciário. Então isso, havia uma questão sobre a constitucionalidade, tinha gente que achava que era inconstitucional - inclusive esse rapaz do Senado, ele achava - e que nós colocamos; e depois alguém recorreu ao Supremo, não me lembro quem...

T. A. – A AMB. Associação dos Magistrados Brasileiros.

J. L. – AMB. Ah. Então pronto. Eles achavam que era inconstitucional. Isso eu não me lembrava mais. Que não queriam. Eles recorreram e perderam. Mas não perderam de zero, não, perderam de nove a dois, um negócio assim, oito a três. Então, na verdade, terminou entrando os... Aí depois veio a nomeação. Quando veio a nomeação... Bom. Terminada essa etapa da aprovação, aí... não sei se tem alguma coisa do CNJ, mas tem uma questão, que era o seguinte. A própria Emenda Constitucional 45, ela previa... tem um artigo dizendo que, no prazo de seis meses, tinha que ser criada uma comissão para regulamentar alguns artigos, que necessitavam de regulamentação. Então essa comissão foi criada. Não era o caso do CNJ. Mas foi criada uma comissão. E, novamente, eu fui designado relator. E era uma comissão mista. E era no auge das CPIs. Isso aí já era no governo... já no tempo do mensalão.

J. M. – 2005, por aí.

J. L. – É. Foi... E eu, então, era o relator, o presidente era o deputado José Eduardo Cardoso, que era um deputado do PT de São Paulo; e nós tivemos muita dificuldade de reunir essa comissão, porque... até eu mesmo, eu era titular de uma CPI, suplente de outra; mas eu estava disponível porque eu era o relator, mas os outros deputados e senadores não compareciam

direito, etc... e o prazo vencendo. Só que chegou num determinado momento, eu digo: “não, vamos fazer o seguinte...” A gente tinha que ouvir as pessoas em audiência. Basta dizer que no dia que era do presidente do Supremo, que era o ministro Jobim, não deu quórum para o ministro falar. Nem o presidente apareceu. Esqueceu, não sei o que. Então terminou que... Aí eu desisti. Digo “não, eu vou fazer o seguinte, eu vou elaborar os projetos”. Aí você tinha que elaborar seis projetos de lei regulamentando. Eu me lembro bem de três. Quer dizer, na realidade, dois eram da Justiça do Trabalho e três eram súmula vinculante, repercussão geral e esse negócio da federalização dos Direitos Humanos. Tinha dois da Justiça do Trabalho. E um sexto lá, que eu não me lembro. Então esses seis projetos eu elaborei junto com a assessoria do Senado, e conseguimos aprovar. Eu fiz uma reunião, assim, vamos supor, especial, só para aprovar, coletei assinatura, saí atrás de senador e deputado para dar quórum, com o livro na mão, chamando os caras. Aí terminou que deu quórum. Na hora que deu quórum, nós aprovamos, em votação assim... sem ser nominal, qual é?

J. M. – Simbólica.

J. L. – Simbólica. Aí aprovamos. Ficaram os seis projetos. E qual era a regra? Três tinham que ir para a Câmara e três para o Senado. Aí nós escolhemos os três principais para ir para o Senado. Aí foi para o Senado. Aí eu relatei de novo. Porque aí tinha que designar um novo relator. [Risos]. Na realidade, eu era ao mesmo tempo autor e relator. Não pode, na realidade. Mas a autoria, na verdade, não era minha, a autoria era da comissão especial. Tem um nome aí. Aí, chegou lá na comissão, aí o senador... a essa altura, acho que era ACM ou mesmo Lobão, aí ele disse: “não, você relata os três, porque você já está sabendo”. Aí relatei os três de novo. Aí conseguimos aprovar os três e mandar para a Câmara. Daí em diante, a Câmara aprovou aquilo que a gente fez. Então isso para poder funcionar esse sistema.

T. A. – Na época, ainda, da votação da Emenda 45, o senhor se reunia muito com o pessoal do Supremo, com Jobim, com Gilmar, com os ministros que eram a favor do CNJ. O STJ, ele era a favor ou contra o CNJ?

J. L. – Eu não sei dizer. Tem ministro a favor. Era mais contra.

T. A. – Porque o STJ tem muita gente, são trinta e três ministros.

J. L. – É. Eu não sei se tem alguma... Eu diria que era dividido, tinha gente a favor e gente contra. O Supremo era mais a favor. O STJ era menos. Tinha gente que dizia que essa reforma era para beneficiar o Supremo, para o Supremo ter mais poder. Falavam isso, na mídia, etc. A mídia era toda a favor do CNJ, e basicamente pela... Agora, se fizesse o CNJ sem essas duas pessoas, eles iam ficar contra, eles iam dizer que não era mais o controle externo.

T. A. – O que representava a mídia? Tinha alguém da mídia que chegava...

J. M. – Colunistas importantes, que viviam escrevendo sobre isso.

J. L. – Não...

J. M. – Não. Era mais matérias.

T. A. – Era mais pulverizado.

J. L. – É. Mais matéria, grande. Tinha muito espaço, tinha matéria grande. Mas... O pessoal escrevia. Basicamente, a mídia era favorável à repercussão geral... Essas coisas que... A mídia, basicamente, o que é que ela queria? Que tivesse agilidade nos processos e controle. É a opinião do cidadão comum. Porque a mídia, ela representa, de uma forma sofisticada, o pensamento de um cidadão comum; então, basicamente, ela queria isso. Aí veio a nomeação. Quando veio a nomeação, aí... aqui, tem essa regra, cada um nomeia o seu, mas tinha o problema que, agora, o Senado tinha que nomear uma pessoa. Foi quando a gente nomeou o Joaquim Falcão, que de

certa maneira é... O primeiro nome que surgiu foi do próprio Sérgio Renault. Eles falaram comigo lá, uma pessoa lá do ministro, o Pedro... Como é o nome dele? Pedro...

T. A. – Abramovay.

J. L. – Abramovay. Eu chamo ele sempre de Pedro... do cineasta... Como é o nome do cineasta, o espanhol?

J. M. e T. A. – Almodóvar.

J. L. – Almodóvar. Eu me lembro mais do que o nome dele. Aí o Pedro... Eu conheço muito o Pedro porque ele é sobrinho de um amigo meu, daquele Jorge Werthein, que é da Unesco, que é da Argentina. Então ele foi falar comigo lá. O candidato do governo na época era o Sérgio Renault; mas na realidade eu não concordei, porque eu achei... Não porque tenha nada contra o Sérgio Renault, acho ele até muito bom. Ele é muito amigo do ministro Marcio Thomaz Bastos, é muito ligado. Mas, na realidade era o seguinte, a ideia era que essa pessoa representasse a sociedade, não era o governo. E ele... e ele...

T. A. – Estaria muito ligado ao governo.

J. L. – E ele, na verdade, ele era o chefe do Departamento de Reforma do Judiciário, do Executivo, então, aquela ideia de sociedade não... ficaria completamente escondida nessa hipótese. Aí, ele veio falar comigo, eu digo: “ó, infelizmente...”. Eu gosto muito do Sérgio Renault, mas, “nessa situação, não dá. Eu, aqui, não vou apoiar”. E, na época, como eu era o relator de tudo, se eu não apoiasse, provavelmente ele não seria escolhido, porque as pessoas iam me ouvir, os outros senadores. Terminou que resolveram... Eu digo: “não, você faz o seguinte, você indique ele lá na Câmara, porque, na Câmara, eu não vou me meter. Eu vou me meter aqui no Senado. Aqui, eu vou entrar na história para escolher”. Foi quando a gente

pensou no nome de Joaquim. Por quê? Porque, qual é a ideia? A ideia desse nome, não é de um advogado que esteja no mercado, que... sei lá, atue diretamente, é alguém da academia, alguém que seja diferenciado das pessoas que já estão lá. Porque lá está representado... Os advogados da OAB já estão representados pela OAB. Então, essa que era a ideia. Então na época, nós articulamos o nome de Joaquim, terminou que Joaquim foi aprovado. E ele representava a academia porque ele era professor, não sei quê, não era advogado militante, escrevia artigos... Era o perfil que na realidade a gente procurava. Então ele foi aprovado por unanimidade. Não teve nem disputa. O Sérgio Renault, eles indicaram na Câmara, e ele perdeu para o Alexandre. O Alexandre, aquele menino de São Paulo, ganhou para ele no voto. Porque na Câmara tudo é no voto, então... Terminou que houve uma indicação e o Alexandre...

T. A. – Mas o Alexandre chegou a perder uma vez.

J. L. – No Senado. Foi no Senado. Porque...

J. M. – Mas essa derrota na...

J. L. – Sim.

J. M. – Não. Perdão. Por favor.

J. L. – Não. O seguinte. O negócio do Alexandre, foi o seguinte, foi na renovação dele. Aí o... Porque ali é o seguinte: o candidato da Câmara, o Senado tem que homologar, e aí... E acho que o do Senado, também, a Câmara tem que homologar. Não. Não. O da Câmara, o Senado tem que homologar. Porque o Senado homologa todo mundo, menos o do próprio Senado, porque ele que escolheu. Do Executivo, todos esses que são mandados o Senado homologa. Então o da Câmara, o Senado tem que homologar. Então, a Câmara indicou, e na hora de homologar, eles fizeram uma sacanagem lá e derrotaram, no caso, os caras do governo

derrotaram o Alexandre. Eu estava na hora. A gente se revoltou lá e fez outra votação. Aí, na votação, Alexandre ganhou. Mas aquilo foi molecagem. Então terminou que Alexandre ganhou. Aí quando indicaram o Sérgio Renault lá na Câmara, aí ele perdeu para o Alexandre no voto. Mas no Senado foi tudo tranquilo. Quando chegou na renovação de Joaquim também, aí se fez uma articulação também, foi tranquilo. Agora é que houve uma disputa novamente, em que o...

T. A. – Foram três, não é?

J. L. – Foram quatro. Na realidade tinha um candidato lá, que era, basicamente, candidato do senador José Agripino, mas que ele fez uma articulação muito grande, ele e o próprio senador José Agripino, parece, de tal maneira que ele tinha o apoio de praticamente todos os líderes; mas terminou que apareceu um rapaz, que por sinal é de Pernambuco, que é também da academia, que é aquele Marcelo Neves, que é um professor...

T. A. – É professor da FGV de São Paulo.

J. L. – Da FGV de São Paulo, um cara muito preparado, estudou dez anos na Alemanha, aí terminou que se fez uma articulação lá... Ele até... Porque Pernambuco lá tem seis senadores, então já leva uma vantagem. Então a gente trabalhou também, terminou que... Foi há um mês atrás. Ele terminou ganhando lá. Foi duro, mas ele ganhou. Porque ele já chegou muito depois, sabe.

J. M. – No processo.

J. L. – E ele é um candidato também, assim, um pouco difícil, porque ele é muito assim... ele é aquele professor meio... sei lá, meio... sei lá... Mas terminou que ele ganhou. Então, novamente, se fixou numa pessoa com o perfil que a gente queria, que a gente gostaria, na hora

que criou o Conselho, que foi um professor, etc... O ministro Gilmar também conhece muito bem ele, porque o ministro Gilmar também estudou na Alemanha. Então ele foi para lá. Mas foi duro para ele ganhar.

J. M. – A derrota do Renault na Câmara teve algo a ver com as disputas políticas da época, escala do mensalão, brigas na base?

J. L. – Eu não sei, porque essa parte da Câmara eu não acompanho.

J. M. – Essa parte o senhor não acompanhou, não.

J. L. – Eu sei que ele perdeu para o Alexandre, aquele lá de São Paulo. Agora... Qual foi a razão, eu não me lembro, na época. O Alexandre é um cara muito conceituado. O sujeito tem um livro dessa grossura. Ele queria me dar um, eu nem aceitei, porque... eu não vou nem guardar um livro desse. É uma constituição, não é, cheia de...

J. M. – O senhor mencionou que o ministro Marcio Thomaz, quando teve aquela reunião com o senhor, falou “o importante aqui é CNJ”, etc. O senhor sentia, olhando para o tema reforma do Judiciário, o CNJ era a principal pauta do governo e não de outros atores necessariamente? Ou todo mundo achava o CNJ o principal?

J. L. – Do governo, não. Da OAB, sim. Do governo, porque o ministro Thomaz Bastos, ele falava pelo governo e pela OAB. Nesse momento ele estava falando pela OAB. Mas ele, no governo também, o pessoal achava o CNJ importante; mas não com tanta ênfase quanto no caso dos advogados. Porque os advogados, acho que eles imaginam que, com o CNJ, cria-se um certo equilíbrio, porque, bem ou mal, o juiz tem poder muito maior. O advogado deve ganhar muito mais dinheiro, mas em compensação o juiz tem mais poder... de cometer, talvez, arbitrariedades, dizer que não recebe, não sei quê. E tendo o CNJ, bem ou mal, o juiz fica

mais... alguns, pelo menos, ficam assim... sabendo que tem alguém olhando. Aquela história, o boi só engorda o dono olhando, então... tem alguém olhando. Então eu acho que o CNJ era muito importante para a OAB e para uns... acho que o Supremo, também, dava muito importância ao CNJ. O governo, não sei, o governo... não sei, eu não via assim... Eu sei que o...

J. M. – Uma ênfase assim...

J. L. – Essa questão mesmo da súmula vinculante e da repercussão geral, o governo era meio hesitante às vezes, não era assim firme na condução do processo. Eu acho que dificilmente, se a gente não tivesse pego isso para aprovar, tinha aprovado nada, se dependesse... aqui entre nós, se dependesse só do governo... Como as outras reformas não saíram. Por exemplo, a reforma da Previdência, a reforma da...

T. A. – Tributária. Até hoje.

J. L. – Tributária, reforma política, essas coisas, termina que não sai. Reforma política é a mais difícil de todas, porque é a que o pessoal mais entende ali. Fica difícil. Eu, inclusive, relatei... todo ano, não tem aquela lei da eleição? A da última vez eu relatei, a da vez passada, da eleição em que eu ainda estava lá, 2006. Eu até proibi um bocado de coisa. Proibi o show... Aquilo é projeto da... Relatei duas vezes. No Senado, na origem, foi do senador Bornhausen, foi para a Câmara, voltou, fizeram uma porção de mudança e... e no Senado, na volta. Na realidade, eu até perdi algumas coisas. Eu me lembro que *outdoor*, eu era a favor, e perdi, porque... Normalmente eu não perderia, mas acontece que... essas coisas. No dia da votação, eles marcaram, no plenário, uma reunião da comissão do Congresso, que é todo mundo junto, junto com os deputados, só que era para depois da reunião do Senado que ia votar essa reforma; só que demorou a reforma, e aí chegou a hora da coisa, e começou a encher o plenário de deputado. Como o plenário ali é pequeno... O relator, ele tem que prestar atenção para explicar aos outros, porque os outros, normalmente, eles confiam no relator. Então... Para ficar a favor ou até para ficar contra, ele quer ouvir o argumento do relator. E acontece que, na hora, quando

eles chegaram, eles são muito interessados nessa regra eleitoral porque, para eles, é importante, porque vai definir a reeleição deles, aí eles me perguntaram muita coisa, quando estava votando, eles ficavam atrapalhando a minha atuação como relator ali, de lotar o plenário, que me impediu de circular. Então eu fiquei preso num lugar e com dez deputados me perguntando as coisas. Aí terminou que eu perdi uma votação contra mim porque não podia argumentar com ninguém, porque não me deixavam. Chegavam “José Jorge, o que está acontecendo aí?”. E eu tinha sido deputado. Eu fui deputado 16 anos, então todos me conhecem, então chegavam lá... “Pô, José Jorge, o que é que está acontecendo, o que é que está votando?” Quando eu explicava a um, o outro perguntava... “e isso, aquilo, e aquilo outro? E tal coisa?”. Porque o projeto tinha vindo deles. Quer dizer, tinha vindo do Senado para eles e voltou. Mas, na maioria, ainda consegui aprovar, mas esse negócio do *outdoor*, perdi. Eu era a favor. Acho que é uma coisa fácil de fiscalizar, não é. Não sei se tem mais alguma coisa.

J. M. – É. Estamos já no finalzinho. Só que a gente, levantando o material para a entrevista, a gente viu uma entrevista do senhor, se não me engano, na *Época*, em que o senhor respondia mais ou menos assim: “eu sou relator da PEC” - acho que era a 29/00, na época, não sei – “eu não sou relator da reforma do Judiciário, que é um processo muito mais longo, muito mais abrangente”. Por que o senhor falou isso?

J. L. – É, é. Não. É porque, na realidade, uma reforma não depende de uma emenda constitucional só, tem toda uma coisa, que tem que prosseguir. E como eu era limitado pelo próprio conhecimento, eu me restringi a discutir e aprovar aquilo que estava na PEC. Quer dizer, eu não inventei nada. Provavelmente, se eu fosse do setor, eu teria uma série de ideias próprias sobre como melhorar o Judiciário, que na realidade eu não tenho. Eu não sei como melhorar o Judiciário. Eu nunca fui advogado, nunca fui juiz, nunca fui promotor...

T. A. – O senhor enquanto secretário, tanto na questão da habitação, de educação, nunca teve nenhum viés com o Judiciário?

J. L. – Olha, eu nunca fui processado nem nunca processei ninguém, nem nunca contratei um advogado. Se o advogado vivesse de mim morria tudo de fome, porque eu nunca gastei um tostão com advogado. Porque na realidade ninguém nunca... Eu, como administrador público, eu nunca fui processado, por exemplo. Eu acho até um milagre. Porque normalmente o cara... Eu acho até que é um defeito, porque, geralmente, o cara mais corajoso... Eu não sou uma pessoa muito corajosa assim. Eu sou paciente. Corajoso não sou. Então, normalmente, o cara muito corajoso, ele é processado. Tipo ACM, não é, é cara que cria rolo, então, esse cara é... sempre tem processo. Eu não tenho nem processo eleitoral, nem no TCU, nem na Justiça. Agora, na... Eu passei dois anos, agora, como presidente da CEB. Então imaginei que eu ia sair com alguns processos assim, de... é, de Ministério Público lá. Esse Ministério Público do Distrito Federal aqui, e dos territórios, como não tem território, então ele é só do Distrito Federal. Que território, acabaram. Como não tem município aqui, ele só... aí... Porque geralmente... o de Pernambuco... Aqui tem outro Ministério Público Federal, tem dois, o Federal também tem aqui. Então tem dois Ministérios Públicos. Eles cuidam só do Distrito Federal, do governo do Distrito Federal, na prática. Fora... outros detalhes. Mas basicamente é o Distrito Federal. Então ele tem muita gente para ficar olhando só a CEB. Tudo que é licitação... Eles sabem de tudo. E, segundo, às vezes, eles mandam fazer uma coisa e o outro Ministério manda fazer outra. Eu, uma vez, mostrei até ao ministro Gilmar dois ofícios que eu recebi, um para mandar fazer um negócio lá e outro para dizer que não fizesse. E a gente tem uma divergência lá... A gente que eu digo, a CEB, a empresa de energia, tem uma divergência lá com o Ministério Público, que é o seguinte: é a questão de colocar energia em áreas invadidas. Que a gente da CEB, a gente não tem que saber se a casa do sujeito tem autorização ou não tem autorização para ter sido construída. Se a casa existe, eu tenho que botar energia. Essa é minha obrigação. Eu não tenho que ficar perguntando se o Ministério Público quer, se não quer. A não ser que ele diga que não bote, porque aí é responsabilidade dele; senão, a gente tem que botar. E aqui em Brasília é cheio de invasão. Que aqui, como o terreno é do governo e o governo é lento para vender, para fazer qualquer coisa, então termina que o povo invade; então, aqui, tem invasão de rico, de pobre, de remediado, de tudo. E tudo aqui é uma APA, uma área de proteção ambiental judicial. Então, qualquer terreno aqui é como se fosse importante para o meio ambiente, então aí eles não querem que faça. Então, tudo bem, eu vou deixar todo mundo... E o que é que os moradores fazem? Eles mesmos puxam a energia, porque ninguém vai ficar sem energia. Também não tem... aqui tem... Então a CEB não recebe, corre

o risco de alguém morrer ali naquele negócio, e eles não deixam botar. Então, isso é uma divergência permanente entre a CEB e, no caso, eles.

J. M. – Bom. Acho que a gente já... cortar aqui.

J. L. – E vocês vieram do Rio ontem ou hoje?

T. A. – Viemos ontem.

J. L. – Teve uma festa para promulgar essa emenda constitucional. Estavam todos os ministros do Supremo, Jobim falou, e me convidaram para falar, que não é comum. A promulgação é uma coisa mais burocrática, não fala ninguém, só fala mesmo, no caso, o presidente do Senado, do Congresso. Mas, nesse caso não, eu falei.

T. A. – E o senhor falou o quê?

J. L. – Ah. Isso eu não me lembro não. [Risos] Deve ter o discurso lá na Câmara. Mas eu não tenho, não me lembro, não. Mas eu falei lá e... foi bom.

T. A. – E quem estava presente na festa, além do Senado e do Supremo?

J. L. – Ah... Até embaixador convidaram. Porque promulgação de emenda constitucional, convida autoridades, vamos dizer assim. Mas estava, basicamente, os presidentes dos tribunais superiores, os presidentes da Câmara e do Senado, alguém do governo devia estar, ou pelo menos... o próprio Marcio Thomaz Bastos. Não me lembro, não. Mas isso, a pesquisa de vocês, é fácil ver. Só é ver a sessão da promulgação, que eles têm lá. E... Bom. Depois... foi só isso. E depois teve... Aí foram aprovadas as leis, não é, aí saí desse rolo. Mas até hoje...

J. M. – O senhor acompanha.

J. L. – É. Eu leio o Valor Econômico. Eu acho que é o jornal que mais informa essas coisas de Justiça. Aí, como eu tenho que ler, porque eu sou investidor, [risos] tenho que ver como é que vai minhas ações, aí eu aproveito, leio a parte do Judiciário.

J. M. – E a sua avaliação hoje, então, do CNJ?

J. L. – Eu acho que o CNJ está... pelo menos está bem melhor do que o Conselho Nacional do Ministério Público. A vantagem do CNJ é não ter corporativismo demais. Se não virar o oposto. Quer dizer, porque aquilo foi feito para evitar o corporativismo; mas, se não tomar cuidado, ele vira um agente do corporativismo. E isso é, realmente, a principal preocupação. Começar a criar vantagem, etc... Porque esse povo do Judiciário, eles inventam muita coisa, tem coisa que eu nunca imaginei, que eles pedem, não é, essas associações. Aqui no TCU é cheio desse tipo de coisa. Porque o pessoal é funcionário público, tem que fazer a carreira, aí... essas vantagens pequenas, quando vai juntando... Então termina desgastando. Então eu acho que lá, ele tem que tomar muito cuidado por isso, para poder evitar que se torne um instrumento de... ao invés de se tornar um instrumento de controle... no *particular*, vire um instrumento de controle, pega um ladrão, um picareta qualquer, e no *geral* seja um instrumento de benesses generalizadas. Termina que, se for olhar pelo lado financeiro, desprezando o ético, termina que pode gastar mais com as benesses do que economizar com o controle de gente desonesta ou incompetente. Então eu acho que... Porque o juiz, na verdade, pelo fato de que ele toma muita decisão, ele tem que ser muito... muito... assim, responsável e correto. Por exemplo, aqui no TCU, ontem mesmo, esse parecer que eu dei, ele diminuiu o custo lá de Angra III em cento e vinte milhões. Nós mandamos diminuir o custo. Tem um contrato já assinado entre a empreiteira, que é a Andrade, e a Eletronuclear, no valor de um bilhão e trezentos, então nós examinamos todas as contas e achamos que tem cento e vinte milhões que...

T. A. – Que dá para economizar.

J. L. – É. Que não devia ser naqueles valores. Que é questão de preço de unidade. Então você diminui cento e vinte milhões. Então, se você não fizer a coisa certa... Isso aí é muita responsabilidade. Então, o CNJ, a minha preocupação é essa, é que não se torne um instrumento de... tipo assim, pancada no particular e benesse no geral, que aí termina que esse custo vai ficar desequilibrado.

T. A. – Está ótimo. Ministro, muito obrigada.

J. M. – Agradecemos ao senhor pela entrevista.

T. A. – Apesar do senhor acha que não tinha muito para falar, teve muitas informações importantes para a gente.

[FINAL DO DEPOIMENTO]